

Internautas reagem contra uso da LSN pelo governo

Levantamento aponta que 77% dos usuários desaprovam investigações contra opositores de Jair Bolsonaro

Betina Warmling Barros

24 de março de 2020

O levantamento de redes realizado pelo *Fonte Segura*, em parceria com a *Decode Pulse*, identificou na última semana três grandes temas, que geraram discussão pelo público digital em tópicos da Segurança Pública.

O primeiro deles foi captado no universo de discussões no *Twitter* sobre a *Polícia Federal*: 82% dos internautas abordaram as recentes investigações da corporação contra opositores de Bolsonaro. Foram dois fatos principais: a investigação realizada pela PF, divulgada no último dia 17, a pedido do Ministro da Justiça e Segurança Pública contra um sociólogo e um empresário que seriam responsáveis pela publicação de *outdoors* que comparavam o presidente Jair Bolsonaro a um “pequi roído”; e, no último dia 18, a detenção de cinco manifestantes pela PM do Distrito Federal, com base na Lei de Segurança Nacional, por estenderem uma faixa de protesto contra o Presidente Bolsonaro.

Das manifestações captadas pelo levantamento, 77% demonstraram contrariedade com investigações desse tipo. Desse grupo, 58% do público afirmou que o governo está perseguindo opositores, 28% indicou que se trata de “autoritarismo” e 9% sublinhou que o governo prefere perseguir opositores a lutar contra a pandemia no país; outros 4% projetaram que a Polícia Federal deve estar sofrendo influência política.

Entre os *tweets* mais interagidos no tema, ganhou destaque mensagem compartilhada pelo advogado José Carlos Muniz, dando conta de outra investigação semelhante que teria ocorrido em Uberlândia, também no dia 17.



José Carlos Muniz

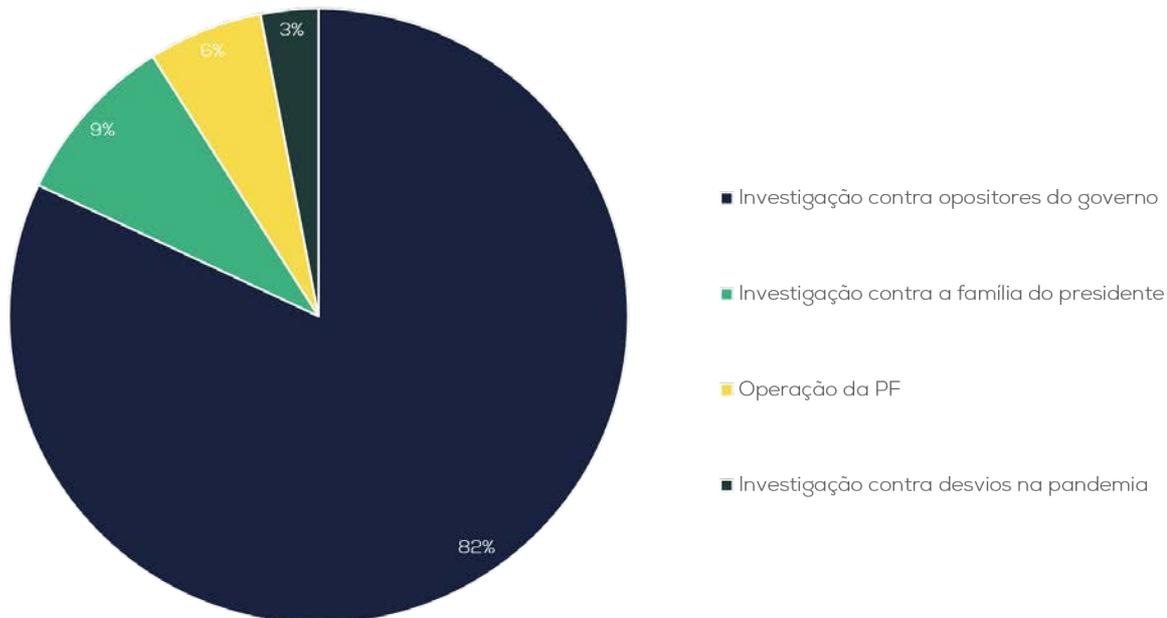
@JoseCMuniz



Atenção advogados/as recebi a notícia que 25 pessoas em Uberlândia-MG estão sendo chamadas para depor na Polícia Federal em razão de postagens criticando o governo Bolsonaro. Mais do que nunca precisamos de mais advs, especialmente agora de Uberlândia.

Os demais assuntos captados no tópico foram as investigações realizadas contra a família do presidente (9%), demais operações da Polícia Federal (6%) e investigações sobre supostos desvios de verbas destinadas ao combate da pandemia de COVID-19 (3%).

Temas discutidos pelo público digital na categoria Polícia Federal

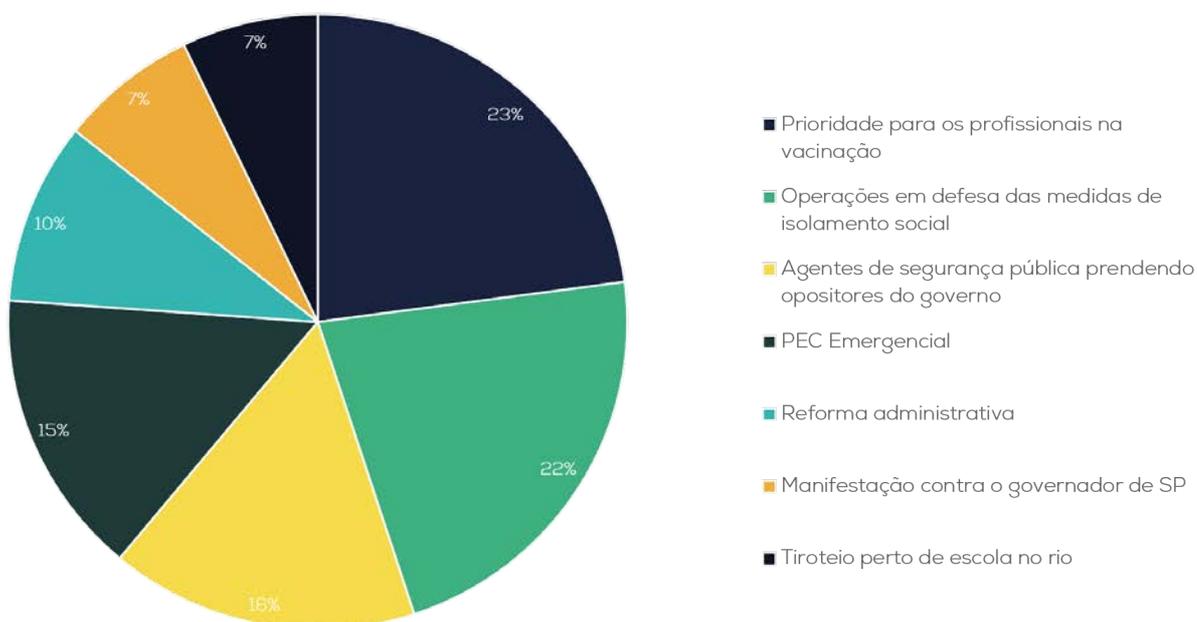


Fonte: Elaboração Fonte Segura e Decode Pulse a partir de dados coletados no Twitter.

O segundo grande tema de debate preencheu 22% das interações no tópico *Segurança Pública*. Trata-se da discussão sobre a [prioridade dos profissionais de segurança](#), como policiais e agentes penitenciários, em receber a vacina contra o coronavírus. A análise indicou que 23% do público debateu o assunto, havendo uma divisão na opinião entre os internautas: 46% concordaram que deve ser dada prioridade a esses profissionais, afirmando que eles se arriscam diariamente pelo bem comum, enquanto 42% discordaram, lembrando que há outros grupos ainda mais prioritários, como doentes e pessoas de baixa renda. 12% dos internautas indicaram não ter opinião formada.

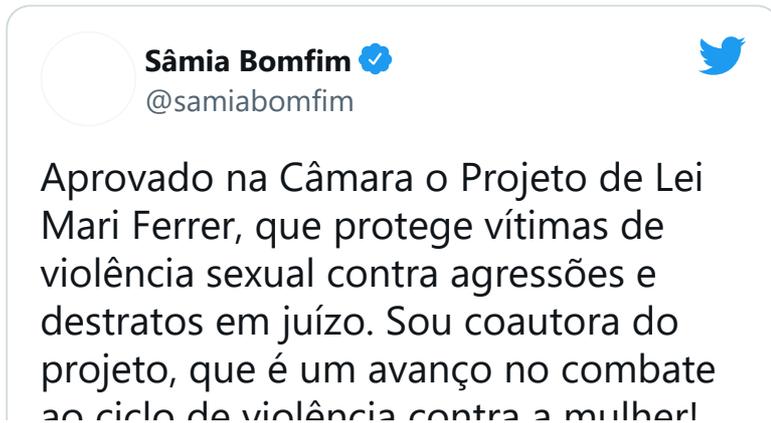
No tópico *Segurança Pública*, ainda foram captadas discussões sobre as operações policiais em defesa do isolamento social (22%), a participação de agentes de segurança pública na prisão de opositores do governo (16%), as consequências da PEC Emergencial para o setor (15%), dentre outros temas que podem ser visualizados no gráfico a seguir.

Temas discutidos pelo público digital na categoria Segurança Pública

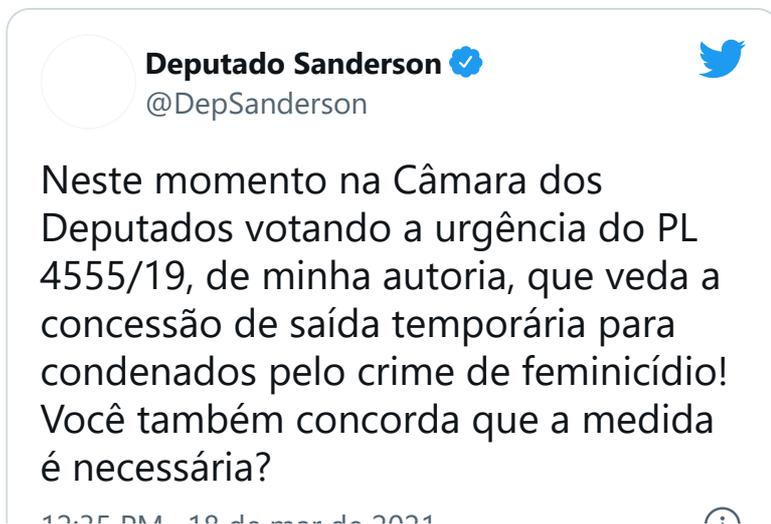


Fonte: Elaboração Fonte Segura e Decode Pulse a partir de dados coletados no Twitter.

O terceiro tema que repercutiu nas redes foi a aprovação na Câmara dos Deputados do PL “[Lei Mari Ferrer](#)” de autoria da Deputada Federal Lidice da Mata (PSB/BA) que ocupou 36% das interações na categoria *Violência contra a mulher*. 95% do público digital se mostrou favorável à Lei. A coautora do projeto, a deputada Sâmia Bomfim, compartilhou *tweet* sobre o assunto:



Ainda sobre *Violência contra Mulher* também ganhou destaque outro Projeto de Lei, o PL 4555/19, de autoria do deputado Sanderson (PSL-RS), que veda a concessão de saída temporária para condenados pelo crime de feminicídio. O tema ocupou 26% das interações do público digital na categoria.



<https://www.fontesegura.org.br/o-que-dizem-as-redes1/irajv5xq8m>

